

“Eu luto por pessoas que estão nesse momento tentando atravessar a fronteira”: O discurso humanitário e as práticas de poder imbricadas no acolhimento de migrantes no estado do Acre¹

Lara Noronha Xavier – Universidade de Brasília (UnB)

Resumo

O presente trabalho almeja compreender como e por quem é feita a recepção e o acolhimento de migrantes na fronteira do território brasileiro, a partir do caso de três cidades situadas no estado do Acre: Rio Branco, Brasiléia e Assis Brasil. Dessa forma, tendo minha primeira experiência de campo nessas localidades como base, viso entender como as políticas públicas (ou a falta delas) estão presentes nessa admissão de migrantes no Brasil e quais são as condições materiais que eles possuem para que fiquem no território.

Penso aqui a partir da multiplicidade de agentes que estão envolvidos nesse acolhimento, sendo eles estatais, funcionários de ONGs e instituições vinculadas às Nações Unidas (ONU). Uma vez que essas entidades vêm construindo uma indústria de acolhimento no estado do Acre para a recepção de migrantes, por ser um estado que possui um número elevado de sujeitos em fluxo. Instituições como a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) começam a se instalar em Rio Branco, para somar a instituições religiosas, como a Cáritas, que já atuavam na região, visando “resolver a situação grave do Acre”.

Para tentar abarcar essas três facetas: os agentes estatais, os de órgãos internacionais e os de organizações não governamentais, no presente trabalho irei apresentar três personagens, Camila, uma das coordenadoras da Secretaria de Direitos Humanos e Assistência Social do estado do Acre, Joyce, a representante da OIM situada em Rio Branco e Karla, coordenadora da Cáritas Migração do estado do Acre. Nesse momento pretendo analisar como a questão humanitária está presente no discurso das minhas três interlocutoras e como elas o utilizam em cada uma das instituições e em suas articulações. Dessa forma, entendendo que elas não falam apenas de receber pessoas, mas também de salvá-las.

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano 2024)

Por fim, para melhor compreender os fluxos no Acre, é necessário entender que, por ser um local de múltiplas fronteiras, os deslocamentos sempre foram intensos na região. Ultimamente, eles têm se adensado por causa de políticas de expulsão de migrantes tanto no Chile quanto no Peru, o que tem feito com que essas pessoas, em sua grande maioria venezuelanas, entrem no Brasil pela fronteira acreana. Dessa forma, desde que as atitudes expulsórias desses dois países se intensificaram, o estado se tornou uma possibilidade de escapatória para fugir da violência, podendo ocasionar um “boom” migratório na região, o que preocupa do governo do estado. Uma vez que não se tem estrutura para receber essas pessoas, pelo fato de ser uma localidade carente, na qual grande parte da população depende da assistência social e que não possui nem recursos financeiros nem capacidade de gestão para acolher esses migrantes.

Palavras-chave: Migração; Acolhimento; Cuidado.

Introdução

O presente trabalho visa, a partir da experiência do estado acreano, compreender não apenas como é feita a recepção e acolhimento de migrantes no território brasileiro, mas também quem são as pessoas que fazem parte desse processo, entendendo seus dilemas e contradições. Dessa forma, me utilizo dos agentes que recepcionam os migrantes nas fronteiras para entender o que eles percebem por cuidado e acolhimento, categorias centrais para compreender como é feita a recepção de migrantes no Brasil.

Visando compreender como esse cuidado é conceitualizado e como ele é visto na prática pelas agentes que trabalham no acolhimento, o presente artigo está dividido em duas seções. Na primeira seção, faço uma contextualização de como os termos cuidado e acolhimento são vistos no serviço social e como são conceituados na academia. Entendendo que existem variadas formas de compreendê-lo no contexto migratório, assim, me utilizo de Tronto (2007), Faleiros (2013) e Guimarães e Vieira (2020) para situar a modalidade de cuidado que pretendo tratar e do porquê de ela se relacionar com a minha pesquisa.

Na segunda seção apresento três das minhas interlocutoras, cada uma delas trabalhando em um setor de acolhimento de migrantes, para compreender como diferentes esferas irão apresentar distintas visões de cuidado. Visando assim, abarcar as relações de poder que também fazem parte da rotina tanto de agentes quanto de migrantes. Dessa forma, apresento Camila (funcionária da Secretaria de Estado de Assistência Social e

Direitos Humanos), Joyce (representante da Organização Internacional para as Migrações no Acre) e Karla (diretora da Cáritas Migração no Acre). As percepções dessas três interlocutoras conseguem situar o cuidado no qual estou discutindo, saindo de uma visão foucaultiana do cuidado tutelado a partir do Estado, compreendendo que as relações interpessoais entre agentes e migrantes também estão imbuídas de cuidado, afeto e poder.

Pretendo compreender a partir das relações de cuidado, afeto e poder e das histórias que minhas interlocutoras possuem com a questão migratória como é efetuado o acolhimento de migrantes no Brasil. Entendendo que essas pessoas também possuem seus dilemas éticos e descontentamentos com seu trabalho, porque nem sempre conseguem agir como desejam ou da forma que está prescrito em lei. Essas agentes possuem uma visão privilegiada de enxergar como as engrenagens do sistema funcionam, por vezes, perpetuando desigualdades.

Situando acolhimento e cuidado

Visando compreender o cuidado relacional e interpessoal entre os agentes de acolhimento e os migrantes. Saio da visão do cuidado tutelado de Foucault (2008), e adentro em uma literatura que trata do cuidado na sua forma prática, não somente com suas contradições e relações de poder, mas também com os afetos e delicadezas que permeiam esse processo de recebimento de migrantes. Em minha monografia de graduação (Xavier, 2021), tive como foco o acolhimento de migrantes, porém por uma via do voluntariado, o que transformava esse cuidado em algo nobre, porque nenhuma das pessoas que ali trabalhavam obtinham uma recompensa monetária pelo serviço prestado. Observei assim, que essa não remuneração fazia com que aquele labor se tornasse um ato feito “por amor”, assim como o abordado por Tronto (2007) que menciona essa modalidade de ocupação como “trabalho por amor” sendo ele remunerado ou não.

Para além disso, a autora aborda que o cuidado está permeado por quatro questões base “cuidar de”, “importar-se com”, “oferecer o cuidado”, “receber o cuidado”. Assim, o trabalho de cuidado para além de exigir a qualidade moral de ser atencioso e reconhecer as necessidades desse “outro”, ele também diz respeito a responsabilidade, de fazer bem seu trabalho e suprir as necessidades que tentamos satisfazer. Assim, o propósito do cuidado seria o de tornar a sociedade mais democrática (Tronto, 2007).

Ressalto essa faceta do cuidado como forma de tornar a sociedade mais democrática, porque dois dos objetivos principais dos agentes de acolhimento são fazer com que os migrantes sejam bem recebidos e que consigam ser integrados socialmente. Assim, tentando torná-los parte da sociedade brasileira. Dessa forma, entendo o cuidado como uma forma de democratização uma das questões centrais do meu trabalho, compreendendo que ele extrapola a integração burocrática (que também acontece) pretendida pelo Estado, e se faz presente na rotina dos migrantes, inclusive nas atividades que se imaginavam ser apenas ligadas ao mecanismo estatal.

É, então, fundamental que entendamos os conceitos de cuidado para o serviço social, para que assim consigamos compreender como ele será manejado na recepção e no acolhimento de migrantes no Brasil. Faleiros (2013) aborda que o cuidar visa assegurar direitos, reverter discriminações, desenvolver autoestima e incluir sujeitos em serviços e direitos. E o acolhimento seria prover direito à alimentação, vestuários e abrigo. Para além disso, o cuidado e o acolhimento não seriam apenas uma obrigação legal, mas também de considerar uma responsabilidade de respeito aos valores, às condições e à diversidade das pessoas.

Outro fator interessante para pensarmos como esse acolhimento é feito, são as três perguntas colocadas por Guimarães e Vieira (2020), sendo elas “Quem cuida? Do que? Como?”. A partir dessas questões conseguimos problematizar o cuidado para além simplesmente desse asseguramento de direitos e os afetos e desafetos permeados, mas também entender quem são os sujeitos que fazem parte dessas ações cotidianamente, por vezes, sem nenhum outro tipo de apoio institucional para regular as suas ações. A partir da minha primeira experiência de campo no Acre juntamente a agentes de acolhimento de migrantes no ano de 2023, compreendi que as fronteiras produzem seus próprios modos de vida, as leis daquele ambiente podem ser ressignificadas a depender de cada situação, as prioridades são outras, e a sobrevivência daqueles que estão atravessando a fronteira se torna a maior delas. Dessa forma, os agentes de acolhimento (sejam eles estatais, de organizações internacionais, ONGs ou organizações religiosas), lidam sim com a lei e seus aspectos burocráticos, mas também com as possibilidades de flexibilização de algumas questões para que a sobrevivência seja assegurada.

É nessa flexibilização e entendimento das condições desse “outro” que reside o cuidado, para conseguir assegurar os direitos desses migrantes é necessário ir além do que está posto no texto da lei. E como abordado por Tronto (2007) é necessário ter a

sensibilidade de enxergar as demandas do outro e ter a responsabilidade de fazer aquilo que nos foi proposto, tendo em vista que esses agentes estão ali para acolher os migrantes. Creio que seja nesse mesmo ideário de reconhecer o outro que se entenda que o cuidado é um trabalho feito “por amor”. Digo isso porque em conversas que tive com Maria², coordenadora da Orinoco (uma das missões da Cáritas) me disse que “a Polícia Federal aqui do Acre é conhecida por ser muito cuidadosa com os migrantes, inclusive são muito afetuosa. Eles costumam ser bem flexíveis, o que facilita a vida dos migrantes aqui no estado”.

A partir da fala de Maria entendo que existem vários trabalhos na fronteira que são compreendidos pela via do cuidado, inclusive o policial, que seria um trabalho mais burocrático, que na maioria dos casos, é visto pela via da violência, que pode (ou não) se reconfigurar em algumas esferas. Não estou afirmando não possa ser violento, até porque, como veremos na sequência o afeto, o cuidado e a violência podem sim caminhar juntos para que as engrenagens do sistema estatal funcionem, mas é interessante perceber que existem outras questões e dilemas que perpassam a ação dos policiais federais na fronteira.

Retomando a conceitualização do cuidado, baseio-me em Guimarães e Vieira (2020) para entender o cuidado e os seus circuitos, sendo eles, o cuidado como profissão, o cuidado como obrigação e, por fim, o cuidado como ajuda. Penso que, no meu caso de pesquisa, esse cuidado dos agentes irá passar pelas três noções expostas, primeiro porque é o trabalho dos agentes estar ali, eles devem receber e acolher os migrantes que chegam no território brasileiro. Para além disso, é obrigação deles assegurar os direitos dessas pessoas, e fazer com que elas aprendam a viver (de alguma forma) no Brasil, dando a assistência necessária seja no momento do recebimento seja nos abrigos. Por fim, esse cuidado como ajuda, não perpassa diretamente as trocas monetárias, mas sim redes de solidariedade, estão presentes nas relações construídas entre agentes e migrantes, uma vez que eles também podem fazer parte das redes de apoio dos migrantes, que podem facilitar acessos à trabalhos, estadias e até mesmo políticas públicas.

A última modalidade de cuidado que gostaria de abordar é o para com as pessoas que estão ali fazendo esse trabalho cotidiano de cuidado, que possuem seus próprios dilemas em suas ações e solucionando nós a todo instante. Tenho como inspiração o

² Todos os nomes utilizados no artigo são fictícios.

trabalho de Janaína Gomes (2022) que disserta com excelência sobre essa questão ao falar das assistentes sociais e psicólogas que trabalham no TJSP com a destituição do poder familiar no estado de São Paulo. A autora diz que em uma de suas conversas com suas interlocutoras, uma delas lhe disse que sente um mal-estar consigo e com a sua atuação, mal-estar com a realidade no qual as pessoas vivem, e o mal-estar institucional. Aqui, reflito que essas pessoas estão a todo momento sob pressão, elas entendem as contradições do sistema, e não se sentem confortáveis com a realidade, porém também dependem de seus empregos, e possuem regras a serem seguidas.

Seguindo o pensamento de Gomes (2022) o mal-estar consigo faz repensar e analisar suas condutas profissionais, “será que eu estou reproduzindo violências do aparato burocrático estatal?”; o mal-estar com a realidade faz refletir se esses processos judiciais não fazem as desigualdades serem fortalecidas, porque apenas pessoas pobres passam por esse tipo de procedimento?; e, por fim, o sentir que você faz parte do sistema e que é uma peça de reprodução de uma violência institucional é muito difícil para essas pessoas. Dessa forma, esses agentes de acolhimento, possuem sentimentos e contradições em sua prática profissional, que por vezes, faz com que pensem que não conseguem fazer o que entendem ser o necessário, estando imbuídos por um sentimento de constante impotência.

“Quem cuida? De quem? Como?”: Apresentando minhas interlocutoras

Na presente seção irei apresentar três das agentes migratórias que estiveram comigo em minha estadia no Acre, as conheci durante minha estadia em Rio Branco. Para entendermos as convergências e divergências entre seus pensamentos, cada uma delas faz parte que um segmento diferente da acolhida. Dessa forma, busco entender suas trajetórias e relações com os migrantes que passam pelo estado acreano, e quais são os dilemas que atravessam cada uma. Tendo em vista que isso pode mudar de acordo com que cada uma convive individualmente com os migrantes e a situação na qual se encontram.

Pretendo compreender além das relações de poder em si e dos cuidados que estão presentes diariamente, entendendo como as trajetórias individuais dessas mulheres fazem com que elas percebam os dilemas e a importância de seu trabalho. Assim, partindo de suas vivências particulares para o entendimento de como o trabalho de cuidado se intersecciona com o poder e o Estado brasileiro.

Camila

Camila é um dos pontos chave para entender o acolhimento no estado do Acre. Desde o primeiro momento que comecei a pensar minhas possibilidades de entrada em campo, ainda em Brasília, ouvia falar dela como sendo uma referência na recepção de migrantes. Dessa forma, já havia agendado um encontro com ela antes da minha chegada em Rio Branco, para que assim que estivesse lá pudesse conversar com ela o quanto antes. À vista disso, no dia 24 de agosto de 2023 nos reunimos na Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH). Quando Camila chegou no escritório todos começaram a rodeá-la para contar as novas estatísticas, os novos casos, quantas pessoas estavam na casa de passagem, se havia ocorrido casos de maus tratos e sobre a necessidade de falar com a assistente social que estava encarregada de cuidar da casa de passagem situada em Rio Branco.

Assim que conseguimos sentar-nos, Camila começou a me contar um pouco de sua trajetória e do porquê ele estava nessa “luta” há tanto tempo, que mesmo antes de estar trabalhando na SEASDH, já atuava na área da migração recebendo e acolhendo migrantes, assim, sendo reconhecida no estado do Acre como defensora dos Direitos Humanos. Mencionou que quando começou a trabalhar junto ao estado acreano foi responsável pela recepção dos haitianos no território, e posteriormente, uma das encarregadas pela legislação estadual que rege o acolhimento migratório, também sendo a representante do estado na participação da criação da Lei nº 13.445/2017 (Nova Lei de Migração). Para entender da melhor forma como Camila pensa que seu trabalho faz (ou não) diferença na vida dos migrantes, evidencio uma de suas falas na íntegra:

“Então Lara, você que estuda migração há muito tempo sabe como é, aqui na secretaria eu tenho que ser mil a todo instante, todo mundo recorre a mim para resolver os problemas, exatamente porque eu sou conhecida por conseguir fazer com que as coisas funcionem por aqui. Mas também é muito desgastante ter que lidar com isso toda hora, eu não tiro férias tem muitos anos, muitos mesmo, eu queria tirar 15 dias agora, mas eu não vou conseguir por causa da situação migratória que estamos enfrentando no estado agora, o pessoal da OIM tá chegando aí para ter um escritório, quem vai falar com eles? Eu sei como funcionam as coisas aqui, é difícil me distanciar” (Camila, 24/08/2023).

Tendo Camila como meu referencial, retomo a primeira seção quando eu tratei do mal-estar sentido pelas pessoas que trabalham com o cuidado em sua profissão. Camila não conseguia tirar férias porque acha que se ela se ausentar não terão a capacidade substituí-la, dessa forma ela estaria abandonando as pessoas que “precisam” dela.

Evidencio outra fala dela para melhor compreender esse cuidado e a necessidade de estar ali:

“Lara, eu já coloquei migrante dentro da minha casa, quem mais faria isso? Na época do “boom” de migrantes haitianos aqui no Acre, que na casa de acolhida que cabia 30 pessoas, tinha 100, eu levava migrante lá pra casa, porque não tinha condições deles morarem naquele lugar. Quando eu falo que essa também é minha luta, é porque eu dedico parte da minha vida para isso também, para que essas pessoas tenham condições básicas de vida” (Camila, 24/08/2023).

Ressalto então como essa ausência de Camila poderia, para ela, resultar em uma falta de humanidade, falta de cuidado. Aqui, pensando que o cuidado extrapola o que foi definido na primeira seção a partir de Faleiros (2013) entendendo que ele se baseia em um asseguramento de direitos básicos. Nesse caso, algumas fronteiras são ultrapassadas na relação agente e migrante e, por vezes, Camila é criticada por colegas por ter esse tipo de atitude. Karla, interlocutora que ainda será apresentada nessa seção, em uma de nossas conversas disse que “Camila é maluca, ela não pode ficar fazendo essas coisas, você sabe que já teve boato que ela tava namorando haitiano né?! Que ela é maria negão, porque fica colocando os migrantes na casa dela, acho que inclusive ela já namorou um uma vez”.

Outra questão surge nesse momento, o gênero. Camila, uma mulher de 50 anos (aproximadamente), solteira e que vive a sua vida em torno da questão migrante no Acre, não é vista saindo, tomando cerveja em bares com amigas ou com possíveis namorados, é conhecida por “trabalhar demais”. Em uma de minhas conversas com Karla, ela me disse que faltava um namorado para Camila, que ela tinha que beijar na boca, esquecer um pouco esse trabalho. Logo, se o que falta na vida de Camila é um homem, porque ela estava levando migrantes para dentro de sua casa, se não fosse para arranjar um namorado?

Nessa discussão percebe-se que o profissional e o pessoal se misturam, porque saímos da esfera institucional, pois ela não consegue receber a todos os migrantes, e nos deparamos com Camila levando migrantes para sua casa, para que eles possam dormir e comer de forma digna. Mas porque isso se torna um problema junto a outras agentes de acolhimento? Se o migrante já passou pela fase de documentação no estado, e já possui seu comprovante da solicitação de refúgio ou seu Registro Nacional do Migrante (RNM) ela não está fazendo algo ilegal, está apenas tentando assegurar direitos básicos dessas pessoas (Faleiros, 2013). A questão de gênero aparece como forma de inferiorizar essa mulher, se ela só trabalha é porque falta alguma coisa para ela, falta família, falta um

namorado, é por isso que ela se preocupa tanto com essas pessoas, porque não tem mais nada para se importar.

Por outro lado, há relações de poder impostas quando um migrante vai morar na casa de uma pessoa que está “te ajudando”. Essas contradições formam engrenagens de relações que criam nós indissociáveis, é claro que Camila pode dispor de boas intenções ao levar os migrantes para morarem com ela. Porém, quando se está debaixo do teto de outra pessoa existem regras a serem cumpridas, comportamentos exigidos e formas de se relacionar específicas daquela pessoa, o que faz com que para além do vínculo do cuidado, haja o de poder, porque se está na minha casa, você deverá seguir minhas regras.

Por fim, visando amarrar as ideias que foram trazidas durante essa subseção, entendo que trajetória de anos que Camila possui com migração e promoção de direitos dessas pessoas faz com que ela enxergue as questões migratórias com outro olhar. Para além do cuidado institucional, Camila pensa como acolher essas pessoas de outras formas, para que eles possam viver no território brasileiro. Entendo como há relações de poder que são efetivadas entre os agentes e migrantes, mas também entre os próprios agentes de acolhimento, uma vez que para justificar o tanto que Camila trabalhava, Karla acionou o fato de ela “não ter um namorado, não ter mais nada pra se importar”. Então, todas essas sociabilidades vão se interseccionando para que compreendamos como o acolhimento é efetivado no estado do Acre, uma vez que é um local que depende fortemente da assistência social e que está a todo instante se reinventando para conseguir dar conta das demandas.

Joyce

Joyce é uma grande amiga minha, e foi uma enorme companheira enquanto eu estava em Rio Branco. Nos conhecemos ainda em Brasília, e quando descobrimos que ambas iríamos para o Acre para trabalhar com a questão migratória no estado, combinamos de nos encontrar lá. Joyce é a representante da Organização Internacional para as Migrações (OIM) no Acre, assim, participava de diversas reuniões e possuía acesso a informações muito específicas de quantitativo de migrantes no estado, e como o estado estava pretendendo lidar com o “boom” migratório que poderia acontecer. Acho interessante perceber como, por mais que ela fosse muito demandada pelos agentes de estado, Joyce não se entendia como uma pessoa que fazia parte disso, ela estava ali para

tentar ajudar, mas não acreditava fazer parte da estrutura estatal e formal de recebimento de migrantes.

Apresentando a trajetória de Joyce junto a questão migratória, ela trabalhou na Operação Acolhida e posteriormente no Ministério da Justiça, ajudando na criação da nova regulamentação da Lei nº 13.445/2017 que ocorreu no ano de 2023. Dessa forma, é uma pessoa que conhece o campo da migração tanto na prática de recepção de migrantes quanto na formação de leis do Estado. Joyce é completamente viciada em trabalho, assim, sempre que estávamos juntas falávamos de migração no Acre, sobre as pessoas que estávamos conhecendo. Observamos que possuíamos entradas diferentes em campo, dessa forma, ora eu gozava de maior abertura dos interlocutores ora era ela que conseguia fazer mais contatos. Como ambas estavam ali pela primeira vez tentando entender como funcionava o aparato estatal e como as pessoas que já trabalhavam ali durante anos estavam nos enxergando, fomos confidentes uma da outra, compartilhávamos percepções e tentávamos entender por que, por vezes, se comportavam comigo de uma forma e com ela de outra.

Uma das histórias que ela me contou que demonstra um pouco como os agentes estatais que trabalham com migração no Acre a enxergavam é o episódio de visita a casa de passagem situada em Rio Branco. Em uma de nossas conversas ela me questionou sobre como tinha sido quando eu estive na casa de passagem da cidade, porque quando ela esteve lá o clima parecia muito tenso, como se ninguém quisesse que ela estivesse ali naquele momento. Ela até questionou “eles acham que eu sou o que? Que eu ia entrar em cada cômodo para ver se estava limpo o suficiente? Isso é muito para mim, eles acham que eu sou a dona do dinheiro? Que se eu achar um errinho eles não vão receber nenhum dinheiro?”. Essa questão monetária, aparece várias vezes para Joyce, a todo instante ela é retomada, e uma das reflexões que ela faz é a de que “as pessoas acham que só porque eu sou da OIM eu tenho dinheiro sobrando para distribuir aqui? Não é assim!”.

Sobre essa questão monetária, entendo que exista uma relação de poder evidente entre as próprias agentes de acolhimento, compreendendo que o estado acreano não possui dinheiro para as assistências sociais necessárias, fazendo com que a questão da migração seja extremamente marginalizada. Assim, Joyce aparece com uma possibilidade de salvação para esse quadro do Acre, como se ela retirasse o dinheiro de uma outra fonte, na qual as pessoas que trabalham na Secretaria de Direitos Humanos e Assistência Social conseguissem empenhá-lo no que acham ser mais emergencial, não tendo que adentrar as

burocracias estatais para isso. É nesse ponto que entendemos o porquê de as pessoas responsáveis pelos abrigos estarem inseguros com as visitas de Joyce, porque ela aparecia como uma possível salvação, e se ela não gostasse de como o abrigo estava sendo gerido? Como se dariam essas relações? Quais possibilidades poderiam ser findadas nesse momento? Joyce, evidentemente, tinha mais poder que as outras agentes, sejam estatais ou de ONGs nesse contexto, porque, como diziam lá, ela é a ONU.

Buscando entender os dilemas e como Joyce se entendia em campo e suas funções naquele momento resalto o que ela me disse em uma de nossas conversas:

“Ai Lara, pra eu conseguir mudar alguma coisa aqui, para que as políticas públicas façam algum sentido, para que a gente consiga investir o tanto que tem que ser investido, eu tenho que ficar mais de dois anos aqui. As pessoas aqui não têm nenhum tipo de treinamento, eu vou ter muito trabalho ainda, não tem como receber migrante desse jeito. E ainda estamos num estado extremamente preconceituoso e sem estrutura, tem muita coisa pra mudar, não tem como ficar aqui só os seis meses”.

A partir dessa fala reflito sobre uma questão que se faz presente nesses contextos de ajuda humanitária, o “salvacionismo”, por vezes sentia que Joyce pensava que ela ia mudar tudo, que ela poderia salvar esses migrantes que entram no Brasil com o seu trabalho. Porém, sabemos como são as estruturas, e por mais indignada que ela poderia estar com aquela situação, não era ela que iria salvar essas pessoas, em algum momento ela conversou com esses migrantes perguntando se eles queriam ser salvos? Eu entendo a precariedade na qual essas pessoas são recebidas no estado, e concordo com ela ao pensar que são necessárias melhoras significativas a serem efetuadas, porém ela não é a pessoa destinada a salvar nenhum dos migrantes que ali estão, nem a mudar completamente o mundo e a forma com que as pessoas pensam.

Juntando a questão monetária com o salvacionismo presente nos discursos, entendo o local de maior poder que Joyce está tanto em relação a outras agentes de acolhimento do estado quanto aos próprios migrantes. Ela é entendida como figura de autoridade, é a partir de como ela entende o estado, as casas de passagem, as assistentes sociais que trabalham nas casas, que investirá uma quantia “x” ou “y” em cada setor. Então, além de seu lugar de privilégio para entender como o sistema funciona, Joyce não era lida como uma pessoa “do estado”, dessa forma, não tendo que seguir regras tão rígidas. Ela assumia um lugar mais elevado que o próprio Estado, é como se fosse algo externo e mais poderoso, capaz de “salvar” o Acre da situação precária que se encontra.

É importante perceber que não é apenas Joyce que tem essa visão salvacionista ou que se entende como potencial salvadora, as pessoas ao seu redor também a enxergam dessa forma, por isso as relações de poder abordadas. Todos almejam mostrar os aspectos positivos, qual sua área de atuação e como fazem seu trabalho, na pretensão conseguir algum tipo de recurso para melhorar as possibilidades de atuação. Então, as contradições e relações de poder intrínsecas ao contato com Joyce, faziam com que ela pudesse estar perto, mas não perto o suficiente para enxergar o que não pode ser visto. Todos desejavam ser próximos a ela, para que assim pudessem gozar de mais benefícios.

Amarrando as ideias expostas sobre como Joyce se entende, conseguimos perceber uma menor interação com os migrantes em si, e uma maior interação com o Estado e os agentes que trabalham para ele. Aqui, o cuidado está presente no recurso, em traçar formas de fazer com que essas pessoas sobrevivam, que sejam “salvas”. Porém, essa preocupação com os migrantes aparecia em reuniões com outros órgãos estatais, em contato com assistentes sociais, contratando mais pessoas para trabalhar na fronteira, melhorando as casas de passagem que se tem no Acre. É um cuidado baseado na materialidade “o que eu posso fazer aqui?”, “como eu posso empenhar meu dinheiro?”, “como eu posso formar as pessoas para trabalhar com esse público?”.

As preocupações aparecem por meio da materialidade, e não no subjetivo, não é a partir somente de como os migrantes se sentem, como eu me sinto em relação a essas pessoas, mas sim como eu vejo (e ressaltando aqui que é como ela, Joyce, enxergava as situações), que eu empenho um dinheiro para uma situação “x”, que eu contrato um novo funcionário para as fronteiras. Voltando a ideia de Faleiros (2013) de que o cuidado presente na Assistência Social se baseia no asseguramento de direitos e na melhoria de vida das pessoas.

Karla

Karla, assim como Camila é uma peça-chave para entender a questão migratória no estado do Acre, ambas são “amigas de luta” e trabalham juntas durante muitos anos, porém Karla é funcionária da Cáritas, uma organização religiosa que promove ações de solidariedade para o atendimento às comunidades necessitadas. Dessa forma, saímos do âmbito mais institucionalizado do Estado e das organizações internacionais e adentramos os projetos sociais da sociedade civil que visam acolher os migrantes, porém que não possuem o mesmo poder e investimento monetário que os demais. Karla então, me

apresentava suas questões como falta de dinheiro para conseguir efetuar os projetos que desejava, não possuir funcionários suficientes para ajudar na recepção de migrantes e o não reconhecimento de seu trabalho. Mas também, trazia todos esses elementos como formadores de sua identidade e do quanto ela realmente estava engajada com a questão migrante, porque apesar de tudo isso, ela seguia forte, trabalhando o máximo que podia e se dedicando a causa.

Para refletir sobre como Karla entende o seu papel, e como o cuidado e afeto fazem parte de como ela entende que deve ser feita a recepção de migrantes, aciono duas de suas falas que apareceram em uma conversa que tivemos em sua casa enquanto tomávamos um café da tarde:

“Acolher não é dar um prato de comida, não é dar um teto, é, às vezes, escutar o que eles têm a dizer, é ser amigo, é estar próximo, o afeto é importante no processo de acolhida, para que eles se sintam bem aqui (...) Eu estou nessa luta por pessoas que não conheço, que estão agora atravessando a fronteira e sendo violentadas de diversas formas”.

Vou me ater a primeira parte da fala para retomar a ideia de cuidado na assistência social, que seria exatamente o de assegurar direitos, porém aqui, como o entendido em minha monografia de graduação (Xavier, 2021) o acolhimento é dado pela ordem da afetividade. Baseando-me na tabela por mim proposta nesse trabalho, o afeto pode ser definido por:

PALAVRA	DEFINIÇÃO
Abraçar com urgência	Entender as necessidades dos migrantes e, a partir delas, montar as aulas.
Admiração	Os migrantes reconhecem o trabalho dos voluntários.
Ajuda	Os voluntários sempre estão dispostos a fazer com que os migrantes consigam se estabelecer no Brasil.
Apego	O contato constante entre alunos e voluntários.
Apoio	Os alunos buscam os professores quando necessitam de algo, e sentem que o projeto pode ajudá-los.
Camaradagem	Um sentimento criado entre os migrantes e os voluntários.
Carinho	As trocas de presentes e o <i>feedback</i> positivo que os migrantes dão sobre as aulas e o projeto.
Confiança	Sentir-se à vontade para falar sobre o seu país, sua cultura, seus traumas e vivências no território brasileiro.
Confraternização	Momentos em que os migrantes e os professores se reúnem para comer em restaurantes, de acordo com os

	voluntários, esse é o momento que se tornam amigos e deixam de ser apenas professores.
Contato	Tanto físico, que aparece no ensino presencial, quanto pelas redes sociais, mostra a vontade que os migrantes possuem de manter relações afetivas com os voluntários.
Cuidado	O querer estar perto e entender as necessidades dos migrantes.
Curiosidades	Estar aberto para sanar curiosidades dos migrantes mesmo que não seja tópico das aulas.
Empatia	Compreender as trajetórias e as vivências dos migrantes, para que, assim, não criem mais traumas entre eles e a sociedade brasileira; entender o “outro”.
Gratidão	De acordo com os voluntários, uma via de mão dupla. Eles se sentem gratos por poder ter a oportunidade de conviver e aprender com os migrantes, e os alunos, por sua vez, sentem-se gratos pela oportunidade de aprender o idioma.
Respeito	Entender a cultura do outro e os seus pensamentos; mostrar que têm consideração pela sua vivência e que ela é válida; compreender o espaço e o jeito de cada um.
Sensibilidade	Ter a capacidade de entender a vivência do outro.
Socialização	PROAcolher como um lugar com o qual os migrantes se identificam e se sentem à vontade para criar laços de amizades e compartilhar trajetórias.

(Xavier, 2021, pp. 65-66)

Entendo que o acolhimento proposto por Karla se aproxima das concepções que obtive durante minha pesquisa de graduação no PROAcolher, porque saímos da noção de que a recepção dessas pessoas é feita pelo aparato estatal e nos aproximamos da sociedade civil, de um cuidado que é pessoal, fugindo assim, do jogo de regras imposto pelo Estado. O desejo de Karla não é o de apenas documentar e abrigar esses migrantes, ela pretende escutar, ser amiga, e assim, poder ajudar essas pessoas de outras formas, entendendo suas necessidades e especificidades. Compreendendo que cada migrante possui sua trajetória e sua razão de migrar, o que torna cada um desses caminhos percorridos únicos e com urgências variadas.

Retomando a segunda parte da fala, que dá nome ao artigo, evidencio a ideia de salvacionismo. Uma vez que ela se coloca em uma posição de que pretende receber e acolher a quem seja, independentemente de qualquer outro fator, e que essa é uma luta dela, entendendo que a sobrevivência do outro se torna depende dela, de suas ações como pessoa que trabalha com direitos humanos. Assim como o abordado no caso de Joyce, a

questão humanitária aparece com uma exaltação do ser, porque como o proposto na primeira seção, os trabalhos de cuidado são, normalmente, entendidos como um labor efetuado “por amor”. Às vezes, tornando os “cuidadores” pessoas excelentes, que doam sua vida para exercer uma atividade, o que nem sempre é uma verdade. Pode ser um trabalho que exige mais tanto fisicamente quanto psicologicamente? Sim, mas é necessário que entendamos os limites dessas caracterizações e compreendamos como o trabalho está sendo efetivado nas práticas.

Por fim, entendo as complexidades de sentimentos das relações e como Karla se enxerga nesse processo, como sendo indispensável para o acolhimento de migrantes no território brasileiro. Indo além da questão legal e adentrando na questão social e afetiva desses sujeitos. Mais uma vez, as relações de poder são intrínsecas a forma que Karla se vê na recepção de migrantes, pelo fato de ela dizer que “luta por essas pessoas”, se colocando em um lugar diferenciado, assumindo que ela pode fazer pelos migrantes o que eles não poderiam realizar sozinhos, inclusive fazendo parte de seu papel, compreender as assimetrias de governança e tentar alterá-las.

Considerações finais: “Entre cuidado, acolhimento e poder”

Demonstrei, a partir das minhas interlocuções em campo como a recepção e acolhimento de migrantes no território brasileiro, vai além do cuidado tutelado de Foucault (2008), e está permeado por relações de cuidado e poder, entendendo que essas duas noções, por mais que pareçam ser muito distantes andam lado a lado. Na segunda seção ao apresentar minhas interlocutoras e compreender como elas se entendem no processo de acolhida de migrantes, é nítida como as relações de poder se espraiam, e se fazem presentes não apenas na relação entre migrante e agente, mas também entre as agentes.

Retomo o título do artigo “eu luto por pessoas que estão nesse momento tentando atravessar a fronteira”, frase dita por Karla, uma de minhas interlocutoras, aponta o papel que ela acredita desempenhar na acolhida de migrantes, inclusive entendendo que essas pessoas necessitam dela para sobreviver. Assim, seu trabalho, apesar de exaustivo, é de extrema importância porque assegura a sobrevivência desses sujeitos no Brasil. Aqui, ressalto essa ideia salvacionista do acolhimento e do cuidado, uma vez que se retira a agência dos sujeitos, suscitando que eles seriam incapazes de viver no território brasileiro caso a recepção não fosse efetivada.

É necessário compreender que o trabalho dessas agentes é de extrema importância para receber esses migrantes, porém é indispensável abordar que os migrantes também possuem as agências deles, e não são completamente dependentes dessas pessoas para conseguir viver no Brasil. Ao se retirar essa agência do “outro”, nós corremos o risco de desumanizá-lo, retomando uma lógica de assistencialismo e não de assistência social, enxergando apenas um sujeito necessitado de ajuda, e não uma pessoa que também tem suas necessidades próprias e possui sua individualidade.

Quando minhas interlocutoras acionam que “lutam pelo outro”, elas automaticamente mobilizam a incapacidade do “outro” de lutar por si mesmo. Dessa forma, esse sujeito necessita de tutela, e esse amparo é dado, por vezes, por meio de um cuidado e do acolhimento. Como o abordado por Camila, que se sensibiliza tanto com a vivência desses migrantes que, inclusive, já levou alguns deles para morar em sua casa, para que eles pudessem viver em condições dignas. O que ressalto aqui é que as relações de poder e violência, na maioria dos casos, não são explícitas, são sutis, revestidas de um ideário de que nas fronteiras é feito um “trabalho por amor”, de pessoas que abdicaram de suas vidas para ajudar o outro, e é nessa eterna dívida em nosso sistema de dádivas sociais que mora as relações de poder e o salvacionismo do humanitarismo.

Referências bibliográficas

FALEIROS, Vicente. Desafios de cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica. *R. Katál., Florianópolis*, v. 16, n. esp., p. 83-91. 2013.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes. 2008.

GOMES, Janaína. O cuidado em julgamento: Um olhar sobre os processos de destituição do poder familiar no Estado de São Paulo. Tese [Doutorado em Direito]. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2022.

GUIMARÃES, Nadya; VIEIRA, Priscilla. As “ajudas”: O cuidado que não diz seu nome. *ESTUDOS AVANÇADOS* 34 (98). 2020

TRONTO, Joan. Assistência democrática e democracias assistenciais. *Sociedade e Estado, Brasília*, v. 22, n. 2, p. 285-308. 2007.

XAVIER, Lara. “Eu sinto o efeito do afeto”: A relação entre migrantes e voluntariado no PROAColher. Monografia [Bacharelado em Antropologia Social]. Brasília: Universidade de Brasília. 2021.